



DIREITO EMPRESARIAL



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

Hoje, apresentarei alguns exercícios com intuito de simular o grande dia, sendo 01 **PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL** e 4 QUESTÕES, conforme prova da OAB;

Lembre-se: letras ilegíveis, segundo o nosso edital, não serão passíveis de correção. Sua letra não precisa ser bonita, precisa ser legível.

Deixe sua prova sempre bem organizada, facilite a correção por parte do examinador.

Compute, desde já, seu tempo.

Deixe, em média, 30 minutos para cada questão discursiva.

Defina sua estratégia de prova para o grande dia: começar pelas questões ou pela peça, essa definição é sua.

DIREITO EMPRESARIAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Carlos, administrador da empresa Academia Corpo Perfeito Ltda., procura-lhe para que tome providências para a cobrança imediata de vários débitos assumidos pela sociedade Academia Cia Fitness Ltda., com sede na cidade de Caruaru-PE. Na organização judiciária tocante a tal cidade, só existem varas cíveis.

Na oportunidade, apresenta os seguintes documentos: a) boleto de cobrança bancária no valor de R\$ 16.700,00 (dezesseis mil e setecentos reais) referente ao fornecimento de colchões de academia, no período de março a agosto de 2025, vencido, com repactuação de dívida com parcelamento em dez meses, a contar de dezembro de 2025, cujo pagamento tem ocorrido normalmente; b) 11 (onze) duplicatas de compra e venda, acompanhadas das respectivas faturas, vencidas entre os meses de outubro de 2023 a junho de 2024, no valor total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), todas aceitas pelo sacado Academia Cia Fitness Ltda. e submetidas a protesto em 28/07/2024.

Academia Cia Fitness Ltda. está em grave crise econômico-financeira desde 2024, com vários títulos protestados, negativação em cadastros de proteção ao crédito e execuções individuais ajuizadas por credores.

Na condição de advogado(a) da empresa Academia Corpo Perfeito Ltda., proponha a medida judicial cabível (5,0).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

SALÕES DE CABELOS PERFEITOS LTDA Ltda., empresa com receita bruta anual em torno de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), requereu sua recuperação judicial e indicou, na petição inicial, que se utilizará do “plano especial de recuperação judicial”. No prazo legal, foi apresentado o referido plano, que previu, além do parcelamento dos débitos em 24 (vinte e quatro) meses, com parcelas iguais e sucessivas, o abatimento de 10% (dez por cento) no valor das dívidas e o trespasse do estabelecimento da sociedade situado na cidade de São Paulo/SP.

Aberto prazo para objeções, um credor quirografário, titular de 25% (vinte e cinco por cento) dos créditos dessa classe, manifestou-se contra a aprovação do plano por discordar do abatimento proposto, aduzindo ser vedado o trespasse como meio de recuperação.

Com base na hipótese apresentada, responda aos itens a seguir.

a) Diante da objeção do credor quirografário, a proposta de abatimento apresentada pela sociedade deverá ser apreciada pela assembleia geral de credores? No mérito, a objeção está correta?(0,65)

b) Em relação ao segundo argumento apontado pelo credor quirografário, é lícito à sociedade escolher o trespasse como meio de recuperação se esta medida for importante para o soerguimento de sua empresa? (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Patrícia, compareceu a uma feira de negócios e demonstrou interesse em ser franqueada da empresa Pires Bonito LTDA. A franqueadora exigiu de Patrícia o pagamento de uma taxa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para análise da documentação.

No dia 02/08/2024, Patrícia foi notificada para comparecer na sede da franqueadora para assinatura do pré-contrato de franquia em 10/08/2024. Entretanto, a franqueadora somente disponibilizou a Circular de Oferta de Franquia a Patrícia no dia combinado para a assinatura.

Tendo em vista o caso hipotético, responda fundamentadamente, com base na legislação às indagações abaixo:

a) A disponibilização da Circular de Oferta ocorreu de acordo com a legislação? (0,65)

b) Patrícia poderá arguir a invalidade do contrato e exigir devolução de eventuais valores pagos a título de filiação caso assine o pré-contrato nas condições apresentadas? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Determinada companhia fechada realizou regularmente a alienação do estabelecimento empresarial situado na cidade de Maceió. Não houve publicação do contrato de trespasse na imprensa oficial, apenas o arquivamento do mesmo contrato na Junta Comercial do Estado de Alagoas, onde está arquivado o estatuto. O acionista minoritário, Bruno, consultou o acionista majoritário Pedro para saber a razão da ausência de publicação. A resposta que recebeu foi a seguinte: como a receita bruta anual da companhia é de três milhões de reais, ela é considerada uma empresa de pequeno porte e, como tal, está dispensada da publicação de atos societários, nos termos da legislação que regula as empresas de pequeno porte.

Bruno consultou seu advogado para que ele analisasse a resposta apresentada por Pedro, nos termos a seguir.

- a) A companhia fechada da qual Bruno é acionista pode ser, de direito, considerada uma empresa de pequeno porte? (Valor: 0,65)
- b) É dispensável a publicação do contrato de trespasse do estabelecimento de Maceió-AL? (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Marcela, Cristiano e Léo formaram uma sociedade para exercer atividade empresarial de revenda de produtos de beleza. Redigiram um contrato social, mas não providenciaram a inscrição no registro próprio. A atividade não foi bem e vários clientes, sentindo-se prejudicados, procuraram a Defensoria Pública, pretendendo ser ressarcidos de valores que pagaram antecipadamente por contratos inadimplidos. Os contratos eram firmados pelo sócio Léo, em nome da loja.

Tendo em vista o caso hipotético, responda fundamentadamente, às indagações abaixo:

a) Marcela, Cristiano e Léo respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais na situação apresentada? (0,65)

b) Todos os sócios poderão pleitear que seus bens particulares só sejam executados por dívidas da sociedade depois de executados os bens sociais.? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

